

## Resumo

No período moderno, tornando-se a edificação em arte e ciência, alguns dos seus distintos aspectos desenvolveram-se segundo necessidades sobretudo funcionais, que definiram ciclos identificáveis na arquitectura portuguesa através de formas e concepções sóbrias. Considerando-se a gênese do Classicismo desde meados do século XVI e a influência do fomento de programas de fortificação militar do século XVII na redefinição urbana, apresenta-se o caso da edificação da Vila de Mourão (Alentejo), como exemplo de arranjo a partir da nova fortificação sobre o aglomerado medieval entretanto arrasado, que veio a conservar elementos de classicismo depurado, num contexto que é, porém, de viragem para a afirmação do Barroco, mas introduzindo sinais tendentes à concepção que transforma os focos urbanos em cenários de expressão social, a que concorrem traçados de fachadas, ruas e praças. ●

## Abstract

In the Modern Age, when constructive practice became both an art and a science, some of its distinctive features were developed as a response to clearly functional concerns. These came to define identifiable cycles in the Portuguese architecture of the 16<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries through the use of sober forms and designs. This paper focuses on the reconstruction of the town of Mourão (Alentejo) from a double point of view: the consolidation of Modern Classicism in the arts from the mid-16<sup>th</sup> century, and the influence on urban planning of the fortressing programmes promoted after the 17<sup>th</sup> century Portuguese Restoration. Mourão serves as an example of an urban plan based on a new fortress, in this case built before 1700 over the demolished medieval town. At a time when Baroque cultural values were beginning to assert themselves, the new plan retained elements of refined classicism while introducing features that turned urban elements such as façades, streets and squares, into a stage for social expression. ●

## Arbitragem Científica Peer Review

**Carlos Castro Brunetto**

Professor titular, Departamento de Historia del Arte,  
Universidad de La Laguna (Espanha)

Director de la Sección de Artes Plásticas del Instituto de Estudios Canarios (Espanha)

## palavras-chave

CLASSICISMO MODERNO

RESTAURAÇÃO

FORMAS ARQUITECTÓNICAS E URBANAS

VILA DE MOURÃO

## key-words

MODERN CLASSICISM

PORTUGUESE RESTORATION

ARCHITECTURAL AND URBAN FORMS

TOWN OF MOURÃO

**Data de Submissão**

**Date of Submission**

Jul. 2011

**Data de Aceitação**

**Date of Approval**

Set. 2011

# O PROGRAMA EDIFICADO DA VILA DE MOURÃO

## E A PERSISTÊNCIA DE FORMAS DO *MODO CLÁSSICO* NA ÉPOCA BARROCA (CA. 1681-1750)

---

MANUEL F. S. PATROCÍNIO

Departamento de História, Universidade de Évora  
Centro de História da Arte e Investigação Artística, UE

***«A questão (...) na formação de um entendimento da arquitectura portuguesa, focalizou-se na importação de uma atitude intelectual, de autor, para a concepção global das formas sob a linguagem recuperada da antiguidade greco-romana (...). A primeira qualidade do arquitecto é saber desenhar para que, por esse meio, possa mostrar o seu 'conceito'»<sup>1</sup>.***

<sup>1</sup> Tavares 2007, 12-13.

Quando consideramos os programas edificados portugueses desde a definitiva adopção dos modernos modelos italianos em períodos posteriores a 1521, e que, até finais desse século, se configuraram em consolidadas correntes, torna-se notório o traço erudito, baseado nos tratados, quanto a obras que se realizaram sobre princípios conducentes a uma eficaz organização formal e funcional, e cujos acabamentos, sejam quais os seus desenvolvimentos, exibem um sentido próprio do *Clássico*. A partir de 1560-70, e em programas sobretudo destinados à missão religiosa, dinamizando-se sob iniciativa do Cardeal D. Henrique, então com responsabilidades em Évora, consagrou-se um desenho moderno que veio revelar um distinto sentido de progressiva redução a aspectos lineares e de volumes compactos, exemplo das fachadas em esquadria, que tornaram a edificação assim resultante em expressão sobretudo dirigida à estrita funcionalidade das

obras, e em que se pretendia um eficaz recurso às formas clássicas na concretização arquitectónica, de intervenção no espaço, de recriação de espaços e montagem de fachadas. Iniciava-se um ciclo que, como se tem demonstrado e se procurará aqui voltar a confirmar, se prolongará até obras da viragem de 1700<sup>2</sup>. O *modo clássico* corresponde, assim, à exibição de formas e modelos visuais numa definida concepção de desenho e sentido moderno de ordem, mesmo em contextos de firme austeridade e afirmação formal, como é o caso de certos aspectos dos mencionados programas portugueses decorrentes da iniciativa henriquina onde se destaca a constante aplicação de pilares robustos ou cunhais sólidos que reproduzem elementos formais clássicos, desenvolvendo modelos dóricos ou toscanos em convencional funcionalidade<sup>3</sup>. Mas estavam igualmente dotados de uma simbologia que é expressão cultural de época, conforme a própria definição crítica que tratou o tema para a arquitectura na Europa. Assim o recapitulou Eric Forssman, indicando o uso das ordens de origem vitruviana mas recuperadas pelos tratadistas; mesmo pensando somente na função utilitária de certos edifícios, ainda assim, se pretendia um assinalado decoro. No estudo do *dórico*, nomeadamente, realçava-se a sua mensagem de «*aspecto viril, heróico e defensivo*» (Forssman 1990, 67); alargando-se de resto a extensão dos significados à própria correlação com o que os grupos sociais desejavam exprimir quanto ao modo como promoviam os seus edifícios, no caso das realizações religiosas, o dórico, sobretudo, salientava por sua vez o sentido do sacrifício e da abnegação dos mártires<sup>4</sup>.

Remonta aos inícios do século XVI o início da aplicação das ordens clássicas ainda em momentos de emergência do Renascimento português, caso da Igreja de S. João da Foz, celebrenemente promovida pelo futuro Bispo de Viseu, D. Miguel da Silva, e o seu precoce uso do dórico, que «*pela sua solidez (...), afigurava-se o género mais propício para resistir à severidade do tempo, sem prejuízo da grandiloquência pretendida*» (Queirós 2009, 14). O que, precisamente e no fundamental, permanecerá como subjacente ao uso das ordens nos períodos portugueses modernos, é a correlação com uma cultura religiosa e eclesiástica, com marca desde uma promoção fundadora quanto ao valor da memória e referência à atitude dos santos e em que se revia a sociedade, permanecendo o dórico na associação a obras mais nobres e o toscano quanto às intervenções 'funcionais', mas às vezes combinando-se, ou outras confundindo-se nas mesmas realizações. O *toscano* prolongava os sentidos culturais do dórico, mas referindo-se sobretudo a âmbitos de funcionalidade, ou acometendo-se à *utilidade*, reforçava uma correlação sociológica essencial para se compreender, crítica e historiograficamente, o significado cultural de factos, como a exemplar primeira adopção das ordens antigas nas obras italianas do século XV<sup>5</sup>. O uso será tanto 'pedagógico', quanto mais será exemplar e intencionalmente aplicado a obras de missão, com efeito, pedagógica, caso do Colégio do Espírito Santo de Évora, enquanto Universidade<sup>6</sup>.

O facto é que continuamos a reconhecer os traços estilísticos correlativos com esta definição programática, em notáveis focos regionais com base classicizante, nas obras que são, porém já, de anos que anunciam instauração do Barroco. Caso do

<sup>2</sup> Cf. Horta Correia 1991; Moreira 1995; Craveiro 2009; Patrocínio 2009.

<sup>3</sup> Cf. Patrocínio 2010, 241-253.

<sup>4</sup> Forssman 1990, 19-21.

<sup>5</sup> Cf. Onians 1988.

<sup>6</sup> Patrocínio 2009, 313-334.



Fig. 1 – Vila de Mourão. Igreja Matriz de N.ª Sr.ª das Candeias. Perspectiva da fachada e galilé reentrante.  
© Manuel F. S. Patrocínio



Fig. 2 – Vila de Mourão. Rua de Santa Margarida, com vista para o Castelo e Igreja Matriz. © Manuel F. S. Patrocínio

sóbrio edifício da Igreja Matriz de N.ª Sr.ª da Purificação das Candeias, dominando visualmente a Vila de Mourão, e onde predomina a matriz dórico-toscana, quanto a uma prevalência técnica que traçou altos pilares a unificar os níveis de alçado da fachada. Em finais do século XVII e em período subsequente ao término das Guerras da Restauração (1668), a necessidade de reconstrução desta igreja terá desencadeado o processo reconstrutivo que trouxe novos contornos e fachadas a um aglomerado urbano cujas origens remontavam a períodos medievais, de época leonesa. A nova obra seiscentista foi significativa e funcionalmente inserida entre torreões do velho castelo que, ainda em inícios do século XIII, fora doado à Ordem de S. João do Hospital (ou *de Malta*), estando diante da outra fortificação a norte, desta feita dos Templários, do Castelo e Vila de Monsaraz. Tratava-se, na verdade, de uma nova edificação para um antigo culto a que sempre se associou uma tradição imemorial, quanto à fixação de comunidades cristãs numa faixa de território confinante com a linha de fronteira apenas integrada no Reino à época de D. Afonso III (Figs. 1-2). O culto local de Mourão sempre se distinguiu como base das relações culturais da comunidade; de facto, quanto às origens da Vila, esta terá crescido fisicamente em torno da primeira igreja que existia já desde o século XIII, sendo que, muito embora tivesse outra dedicação, albergava a imagem da Virgem, também conhecida como *Senhora do Tojal*, em alusão ao seu aparecimento, vindo a ficar como tutelar de

crenças e ligações sociais. A imagem da Virgem teria assim «*aparecido entre uns montes de tojo*», e «*a sua Festa se fez sempre a 2 de Fevereiro*», conforme a notícia que, no século XVIII, Frei Agostinho de Santa Maria deixou no seu *Santuário Mariano* (1718)<sup>7</sup>. Evidenciava-se a vivência colectiva ligada à Natureza através de práticas de gestos e ritos que, conforme o Culto das Candeias, era indispensável às atitudes culturais dos grupos já rastreadas para épocas medievais<sup>8</sup>.

Da mesma igreja medieval, já então propositadamente edificada para este culto centrado na imagem da Virgem e ao que exprimia da própria história da comunidade, sabe-se que foi cenário a episódios no reinado de D. Dinis, do fidalgo de 1297 ao documento que consagra a doação, para o Bispado de Évora, da terça parte dos rendimentos locais, e que terá sido lavrado «*ante a porta*» da velha igreja<sup>9</sup>. De qualquer modo, escasseiam documentos conhecidos que se relacionem com estes períodos, embora, enquanto objecto de intervenção régia, haja registo nas *Visitações* de 1534, já do reinado de D. João III, da necessidade de obras na anterior igreja – e que terão sido efectuadas a seguir. Certo é, que também foram desenvolvidos melhoramentos, nomeadamente no reforço do aparato do Castelo, introduzindo-se a torre sineira com remate em cúpula prismática, ladeada de pináculos, enquanto elemento igualmente dominante no perfil da fortificação, e como forma característica dos programas desenvolvidos pelos Mestres Arrudas, de que se conhecem evidentes paralelos em diversas outras realizações alentejanas<sup>10</sup>.

Se, da leitura dos textos sobreviventes e até um determinado momento histórico, o que parecia importar da referência às obras era sobretudo o significado político e régio, nos textos assinaláveis para os séculos XVII-XVIII, seria, pois, o acento religioso e de celebração o que especialmente se vinha salientar. A velha igreja de Mourão, até certo momento implantada em plena malha de arrabalde que rodeava as muralhas, foi derrubada em 1664, na ocasião do alargamento da fortificação, que se indica como iniciada em 1657 e ainda segundo os planos de do engenheiro Nicolau de Langres, antecedendo modelos depois instituídos pelo Marquês Vauban, e erroneamente tomando o seu nome, pelo qual se introduziram baluartes sobre a área do arrabalde fundacional da Vila. Demoraria duas décadas, até depois de 1681, para que pudesse haver um novo templo condigno às celebrações e à própria expressão de um culto, desde sempre identitário, e que acabou por ser implantado entre torreões da anterior cerca. Cumpre-se, portanto, o que parece ser evidente nos ciclos correspondentes à afirmação dos aspectos formais da arquitectura portuguesa entre meados do século XVI e o dealbar do século XVIII, a que a historiografia concedeu o epíteto de *estilo-chão* mas sendo também coincidente com o que se enquadra na conceptualização formal do que igualmente se designa como *arquitectura-programa*, trazendo especificidades visuais distintas quanto à adopção atrás referida de elementos clássicos e quanto à redução ao sentido de volume compacto do resultado construído, nos exemplos que se prolongam por Seiscentos e em diversidade local ou regional, conforme a encomenda. Os edifícios, oscilando entre desenvolvido maneirismo, sobretudo filipino, ou então acometendo-se a uma simplicidade de modelos, tamanho

<sup>7</sup> Guerreiro 1964, 23-24.

<sup>8</sup> A Festa das Candeias, comemorando-se a 2 de Fevereiro, indica a veneração do sentido de renascimento ou de recomeço de ciclos no calendário que regia o quotidiano das aglomerações aldeãs e vilãs das terras interiores, decorre na ocasião do ano em que «*os dias começam lentamente a crescer, anunciando a renovação do ciclo vegetativo e renasce também a esperança de ver aparecer a Primavera*». No Dia da Sr.<sup>a</sup> das Candeias, «*prepara-se também a reorganização da comunidade, mudando os alcaides e aportelados do concelho (...). Os novos magistrados iniciarão as suas funções com vigor novo, mas os chefes de família devem vigiá-los atentamente durante os dias de Inverno que ainda continuam, para não perturbarem a vida da comunidade com inovações excessivas*» (Mattoso 1985, 437).

<sup>9</sup> Biblioteca Pública de Évora, *Códice CXXII*, fls. 187-189 (in Guerreiro 1964, 19).

<sup>10</sup> Guerreiro 1964, 20-ss.; Espanca 1978, 173-ss.

Fig. 3 – Vila de Mourão. Rua de S. Bento (lado poente). Janela emoldurada de casa nobre. © Manuel F. S. Patrocínio

Fig. 4 – Vila de Mourão. Rua de S. Bento (lado poente). Pano esgrafitado de casa nobre. © Manuel F. S. Patrocínio

<sup>11</sup> Cf. Horta Correia 1991, Soromenho 1995, Craveiro 2009.

<sup>12</sup> Soromenho 2000, 19-ss.; Soromenho 2005, 42.

<sup>13</sup> Soromenho 2005, 42-ss.

<sup>14</sup> Soromenho 2005, *ibid.*

<sup>15</sup> Soromenho 2005, 48 – nota.

<sup>16</sup> Valla 2009, 223.

e escala, guardam de qualquer modo uma intenção de imponência, reconhecível no seu respectivo desenho de concepção<sup>11</sup>.

Num caso, a imponência está na disposição de elementos como galerias projectadas, arcarias de nível térreo em sentido de cenário com desdobramento de perspectiva, ordens clássicas a que subjaz o parâmetro da harmonia. Noutra caso, não deixa de se manter o primado uniformizador da linha e fachadas encerradas no seu próprio paramento mas subsistindo, do normativo, a eventual medida proporcional e o resquício técnico da projecção formal do capitel em pilares e cunhais.

A partir de 1642, com a nomeação de Charles Lassart para Engenheiro-Mor do Reino, traz-se um primeiro modelo para as fortificações que, ao longo de sucessivas fases, antes e depois da Paz de 1661, se vão edificar sobretudo nas povoações fronteiriças. Para outros lugares, a investigação tem trazido esclarecimentos quanto às actividades construtivas entre finais do século XVII e inícios do século XVIII, nomeadamente quanto a um processo que terá chegado a transformar os próprios espaços urbanos com pontuais projectos de reedificação, sejam ou não correlativos com o programa dos amuralhamentos necessários à Restauração. Precisamente o caso de Viana do Castelo, onde a renovação fortificadora, das mais importantes do sistema defensivo português, decorreu do destacamento de Miguel de Lescole, em finais da década de 1650 e inícios de 1660 para a organização da obra, que volvidos porém trinta anos teve necessidade de rearranjo, e a que correspondeu um projecto de 1683, somente trabalhado a partir de 1691, pontuando-se aqui a intervenção do engenheiro Manuel Pinto Vilalobos, que concluiu a realização em 1713<sup>12</sup>.

Foi nesta mesma data que se sabe ser o momento em que a Igreja Matriz da mesma localidade foi objecto de um pedido de licença, enviado pelo Reverendo António de Araújo, para «*reformatar a capela-mor*», em que, de novo, houve actuação de Vilalobos<sup>13</sup>. Interessante é o facto da remodelação da Igreja Matriz de Viana do Castelo ter igualmente desencadeado um arranjo urbano, porque confinava com a muralha medieval e, à época, houve que solicitar igualmente autorização para a respectiva demolição e subsequente necessidade de planeamento construtivo e legislação adequada<sup>14</sup>. Tais factos indicam o processo progressivamente conducente à transformação urbana que, em directa correlação com as obras dos engenheiros e arquitectos da Restauração, mas também não menos devidas a dinâmicas sociais. Com efeito, ainda em 1665, embora no Porto, Lescole teria proposto que se demolissem «*templos e três arrabaldes*», por decurso de obras de que era também responsável nessa cidade<sup>15</sup>.

No Alentejo, por sua vez, sabe-se também que a edificação dos baluartes obrigou também à demolição de casas do arrabalde gótico quando sucedeu a ocasião das obras para a nova fortificação da Vila de Juromenha, cujo perímetro «*englobava a estrutura medieval*», e sendo que o projecto, sujeito a concurso e com data de 1646, coube a Nicolau de Langres, tendo também participado no programa o malogrado Cosmader<sup>16</sup>. O arrabalde de Juromenha correspondia, «*como noutras vilas medievais*», à «*densidade do espaço urbano*», que «*obrigou a construir casas anexadas aos troços das muralhas*» (Valla 2009, 212); no período seiscentista, ao alargar-se



o sistema de implementação de baluartes e demais estruturas, como a projecção em hornevaque (ou seja uma estrutura de duplo baluarte) que caracterizou a nova fortificação de Juromenha, desaparecia parte considerável do foco edificado medieval, ainda que os novos volumes fortificados tivesse por função defender o que restava dos velhos focos urbanos<sup>17</sup>.

Na compreensão fundamental deste decurso de transformações que incidiram directamente no rearranjo urbano seiscentista da Vila de Juromenha (que, de resto, havia recebido foral, também de D. Dinis, em 1312), «a definição do perímetro da linha de fortificação era sempre a primeira preocupação do engenheiro militar»; a nova cintura determinava, assim, um «novo limite urbano (...), [e] a localização dos baluartes (...), que se projectavam para fora dessa linha»; a «área militar aumentava em torno da cintura (...), por obras exteriores e pela esplanada, que constituía a área livre ao alcance do mosquete» (Valla 2009, 220).

Esta mesma descrição poderia aplicar-se, na verdade, ao que se pode observar quanto aos resultados da intervenção que veio também a decorrer na Vila de Mourão a partir de 1681, e onde a marca dos baluartes, trincheiras e áreas de espalda que se edificaram depois dessa data tiveram como consequência a destruição do arrabalde envolvente, o qual, de qualquer forma, se conhece pela reprodução que ficou do mesmo no *Livro das Fortalezas de Duarte D'Armas*, de inícios do século xvi,

<sup>17</sup> Acrescenta-se que «o novo sistema de fortificação era ainda composto por um fosso largo, caminho coberto e esplanada que constituiu um terreno inclinado liberto de construções envolvente à cintura» (Valla 2009, 223).

<sup>18</sup> De qualquer modo, até data bem avançada, os registos paroquiais de Mourão continuam a manter como lugar da realização de baptizados o templo consagrado a Santa Margarida, sempre indicando-se «que serve de Matriz». Cf. Arquivo Distrital de Évora, *Livro de Baptizados da Paróquia de Mourão (1691-1702)*, vvs. fls.



<sup>19</sup> Viterbo 1988, 231-232.

<sup>20</sup> Viterbo 1988, 232.

<sup>21</sup> In Viterbo 1988, *ibid.*

<sup>22</sup> Espanca 1978, 173.

e onde mesmo se distingue o contorno da presumível primeira igreja matriz, então consagrada a Santa Margarida, de que se conservou o topónimo, e que guardava a citada imagem da Virgem do Tojal<sup>18</sup>.

Foi o engenheiro D. Diogo do Pardo Osório, formado pela cultura construtiva e arquitectónica da Restauração, que se assumiu como responsável pela aplicação de um programa de obras, as quais, chegando à viragem de 1700, definiram o novo contorno urbano da Vila, simultaneamente anunciando outras resoluções estéticas, tanto quanto mantendo elementos da tradição persistente por cem anos. Discípulo e colaborador de Luís Serrão Pimentel, Pardo Osório participou na defesa de Évora, sendo que remontam a 1662-1663 as informações documentais, compiladas por Sousa Viterbo, que o colocam ao serviço do Governador das Armas do Alentejo, e a 1676 a tença que D. Pedro II, então regente, lhe concedeu pelos serviços prestados, enquanto militar, na recuperação praça eborense<sup>19</sup>. Anteriormente, de acordo com mais notícias da *Chancelaria de D. Afonso VI*, a partir de 1659, terá trabalhado nas fortificações de S. Filipe e do Outão (Setúbal), do Porto da Arrábida, do Forte de Sesimbra e de N.ª Sr.ª do Cabo, após o que seguiu para o Alentejo<sup>20</sup>.

Em 1681, mais uma vez assinando-se como Príncipe, remete D. Pedro II a instrução que envia o engenheiro Pardo Osório para Mourão, em respeito pelo que haviam já reclamado os moradores para que se reedificasse a sua igreja, em indicações que colocam o militar como efectivo autor da traça do novo templo, que as obras da nova fortaleza tinham destruído<sup>21</sup>. Citando-se a referida passagem, «*por haver dezassete anos que se derrubou a Igreja Matriz da Vila de Mourão, por assim convir à fortificação e defesa daquela Praça, e a esse respeito padecerem os moradores grandes desconsolações e apertos na administração dos sacramentos e culto divino, tenho ordenado que se reedificasse (...). O Vedor-Geral, acompanhado do Engenheiro D. Diogo Pardo, hão-de ir à mesma vila, a fazer o desenho para a Igreja*» (Viterbo 1988, 232; Guerreiro 1964, 22).

Após 1657, em que, no contexto das Guerras da Restauração, a Vila tinha sido recuperada ao domínio espanhol, na mesma ocasião que Olivença, tinha-se dado início à reconstrução da fortaleza. Os modelos de baluarte terão seguido a planta riscada por Nicolau de Langres, a quem teria cabido igualmente a respectiva autoria de outros planos de fortificações congéneres. Ocuparam, sobre uma topografia caracterizada pela sua elevação em monte e boa posição estratégica sobre o território, uma distribuição equilibrada e simétrica em torno ao Castelo medieval, o qual se manteve praticamente intacto, mesmo salientando-se que a obra da nova matriz se veio implementar entre dois dos seus torreões<sup>22</sup>.

Facto é que, em 1664, na sequência deste arranjo, o derrube da igreja, então a escassos metros do perímetro acastelado, referiu-se evidentemente à própria destruição do arrabalde implantado a sul, tendo-se criado a nova zona setentrional de esplanada, ou de espalda livre, e que se reconhece ainda até ao actual Largo Governador Furtado de Mendonça e actual Rua de S. José. Abaixo desta linha do desaparecido arrabalde, partem algumas ruas, que, embora assegurem uma dinâmica de projecção que vinha do primeiro foco urbano, têm um recorte muito rectilíneo,

Fig. 5 – Vila de Mourão. Praça da República. Igreja de S. Francisco. Detalhe de frontão com cronograma.  
© Manuel F. S. Patrocínio

Fig. 6 – Vila de Mourão. Rua de Benquerer. Ermida dos Remédios.  
© Manuel F. S. Patrocínio

o qual é sobretudo visível em planta, sendo que, quanto ao terreno, há um declive natural a condicionar diferenciações e o alinhamento dos prédios urbanos acaba por ser algo irregular; caso do que se pode observar dos perfis da R. de S. Bento e R. de Santa Margarida (Fig. 2). Ambas se dirigem, em sentido descendente, seguindo a topografia, para a Praça, mas que também se define em sentido reticular e enquanto foco centralizador, e que veio a ser rodeada de casas nobres, bem como de duas outras igrejas, da Misericórdia e S. Francisco. Além da Matriz e destas igrejas, acrescenta-se, no centro da Vila de Mourão, a Ermida dos Remédios, já da época de D. João V, ao fundo da Rua de Benquerer, paralela à linha da Praça (Fig. 6). Todas estão construídas segundo modelos setecentistas embora guardando aparência despojada. Algumas podem relacionar-se com anteriores fundações, que estivessem ou não no lugar actual das referidas igrejas. Assim, em primeiros tempos, o Castelo dos Hospitalários teria tido a sua própria capela, enquanto a primeira paroquial se manteria para a população, inserida no arranjo do primitivo arbalde<sup>23</sup>. Certo é que, no período moderno, surgiriam novas edificações de culto, salientando-se a contiguidade actual entre as Igrejas de S. Francisco (ou da *Capela da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco*) e Misericórdia. Poderá haver eventualmente correlação com a informação registada no *Santuário Mariano*, segundo o qual «*também existem hoje duas ermidas, que eram da devoção do mesmo antigo povo, e ficam perto uma da outra*», sem outra especificação mais precisa<sup>24</sup>. De qualquer modo, as referidas igrejas são edificações comprovadamente posteriores à data desta notícia (1718)<sup>25</sup>. A Igreja da Misericórdia, existindo desde 1548, foi dos edifícios que, entre 1704-1706, na sequência da Guerra de Sucessão de Espanha, que voltou a desencadear escaramuças nas povoações de fronteira, tiveram de ser reconstruídos também depois desta ocasião, ostentando S. Francisco o cronograma de 1740 no seu frontão de portal (Fig. 5)<sup>26</sup>.

Tendo em atenção o legado edificado presente, é que, quanto a uma Vila fundada em períodos medievais e com intervenções de inícios de Quinhentos, verifica-se terem desaparecido, salvo o Castelo, todos sinais correspondentes a anteriores arquitecturas. É evidente que, desde finais da década de 1650 e sobretudo a partir da reedificação da Matriz (1681), decorreu um processo de reconstrução, decorrente da obra da fortificação moderna e que se reflectiu depois no encargo do templo atribuído a Pardo Osório, prolongando-se nas fachadas das próprias casas nobres do centro urbano, definindo-se igualmente a projecção das ruas, acompanhadas de um programa de distribuição de emblemáticos altares públicos, para a celebração da Paixão de Cristo, bem como o desenho da nova Praça.

Um elemento distintivo do *toscano*, cultural e socialmente afim do *dórico*, privilegiado na edificação moderna portuguesa mas identificando, muito embora, uma intenção de acentuada funcionalidade, é, assim, a **moldura de remate em duplo lintel**, que vemos surgir nas aberturas das casas nobres que, em torno a 1700, terão sido construídas em torno à Praça mouranense (Figs. 3, 9). O modelo remonta, de qualquer modo, às obras eborenses de finais do século XVI, começando nas que o Mestre Afonso Álvares executou na época do Cardeal D. Henrique: a Igreja de



Fig. 7 – Vila de Mourão. Rua de Benquerer. Altar das Estações dos Passos do Senhor. © Manuel F. S. Patrocínio

<sup>23</sup> Guerreiro 1964, 10-11.

<sup>24</sup> In Guerreiro 1964, 7.

<sup>25</sup> Espanca 1978, 178-ss.

<sup>26</sup> Guerreiro 1964, 32-ss. Outras capelas e ermidas, além da de N.ª Sr.ª dos Remédios, correspondem a fundações mais distanciadas do centro urbano, caso da Ermida de S. Bento, a sul mas ainda no aro da Vila; Ermidas de S. Sebastião e S. Pedro dos Olivais, a norte e conservando portais trecentistas de arco quebrado e lava chanfrada; ou o demolido Convento de N.ª Sr.ª do Alcance, a poente.



Fig. 8 – Vila de Mourão. Rua Joaquim José Vasconcelos Gusmão. Altar das Estações dos Passos do Senhor. Detalhe de frontão.  
© Manuel F. S. Patrocínio

<sup>27</sup> Cf. Espanca 1966.

Santo Antão (1577); ou a Igreja do Convento do Calvário (1578), destacando-se as aberturas com duplo adintelado<sup>27</sup>. Ou, depois de 1681, rematando pilares de fachada, sendo que é reconhecível, na fachada da Matriz de Mourão, algo de uma esquadria firme que terá sido estabelecida no próprio desenho de Santo Antão de Évora, demarcando-se pela axialidade dos pilares que unificam as fachadas. Além destes aspectos, assegurou-se igualmente a colocação de molduras com remate em frontão triangular sobre três das Estações pascais, distribuídas na qualidade de marcos urbanos e directamente recolhidos do tratado serliano pelo novo arranjo de ruas da Vila de Mourão (Figs. 7-8).

Conforme se tratassem de edifícios religiosos ou particulares, assim se definiam alguns elementos de mensagem traduzidos através das formas arquitectónicas, que, antes do mais, apenas realçavam o primado de uma execução técnica, em que idênticos sinais visuais, aplicados porém em prédios de tipologia diferenciada, transmitiam simbologias distintas. As molduras no edifício religioso da Matriz são mais simples embora também mais imponentes; de qualquer modo, na fachada, talvez ainda obra do risco de Pardo Osório, inseriu-se um nãrtex reentrante que conduz ao portal, desdobrando, em efeito cénico de arco triunfante exterior, e já num desenho que apelava à estética do Barroca; idêntico recurso, por exemplo o portal da Igreja de Santo Antão de Évora, revelava ao invés a compactação num único plano. Mas também em Évora, com efeito, o arco redondo envolvia, a modo

serliano, o frontão triangular encimando o portal principal da igreja; manteve-se, na Matriz de Mourão, o mesmo desenho de arco mas recuando o portal do mesmo templo, sendo que a composição cênica se concebeu pelo desdobramento dos planos, criando o espaço livre que se reservou para o nártex, como também se vê na Matriz de Elvas. Sugestiva é, assim, a permanência do mesmo modelo, contendo igualmente o frontão de modelo triangular, interrompido na empena em que se colocou a imagem, esculpida em pedra, da padroeira com o Menino, quanto a formas de portal cuja primeira aplicação local remontará aos meados da década de 1570, e que ressurgiu em finais de Seiscentos.

Nas casas urbanas, difundiu-se, por sua vez, a colocação de aberturas com sacada, e encimadas segundo o já referido modelo de remate em duplo adintelado, diversificando-se, contudo, consoantes os prédios, as formas de consola com papel de apoio. O gosto porém já setecentista fez com que as cornijas se viessem a multiplicar em sucessivos ressaltos, tal como começava a ser habitual para o período, o que, mesmo assim, não contrariava, antes reafirmando, o sentido e o aparato em geral sóbrio da edificação. Desde logo, o que se representava era a memória da própria função arquitectónica, como modo de evocar princípios, uns referindo-se ao protagonismo religioso, outros ao social, reflectindo, enfim, a própria organização da sociedade, entre os pilares da fé e da lei, assim convergindo com a cultura da época, entre a Restauração e o Joanino.

Elementos urbanos, como as Estações, ou as outras igrejas mouranenses, estavam entregues à gestão e vivência expressiva das confrarias locais. O progresso construtivo está assinalado por elementos cronografados, repartindo por exemplos arquitectónicos, quase todos em redor da actual Praça da República. A saber, a data de «1693», gravada no tímpano do frontão da Estação dos Passos da Rua Machado Santos (antiga Rua Torta); «1712» numa casa nobre da Praça (Fig. 9); «1740», no frontão trabalhado e ornamentado no portal da Igreja de S. Francisco; «1743», no frontão de portal da Igreja da Misericórdia; «1747», num esgrafito sobre a frente de chaminé de outra casa particular da Rua de S. Bento (Fig. 4).

Quanto ao que se reconhece, nos elementos formais que completam os exemplos referenciados, e citando-se John Summerson, estamos perante um *modo*, em que «*não é somente na forma das ordens em si que reside o carácter da arquitectura clássica*»; ou seja, será um aspecto que, «*na verdade (...), reside muito mais no modo pelo qual as ordens são desenvolvidas*»<sup>28</sup>. O que se designará como *modo clássico* recorre ao mesmo princípio de ordem e sua implícita conceptualização, a que vem corresponder as formas reconhecíveis de composição exterior do edifício, mesmo que não se aplique ou surja a *coluna* enquanto elemento estrutural de imponência exterior, salvo em exemplos de arranjo específico. Portanto, o sentido de adorno exprime uma estética urbana, que, mesmo em períodos modernos, se inspirava no *modo* como as antigas colunas indicavam as *ordens arquitectónicas*. No *clássico moderno*, e no que interessa à tradição portuguesa, são os emolduramentos e ombreiras que tomam o papel visual exterior que, outrora, em tempos antigos,



Fig. 9 – Vila de Mourão. Praça da República (lado poente). Janela emoldurada de casa nobre, com cronograma.

© Manuel F. S. Patrocínio

<sup>28</sup> Summerson 1994, 8-9.

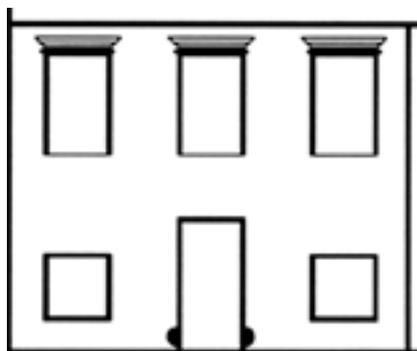


Fig. 10 – Vila de Mourão. Perfil simplificado da fachada de casa urbana.  
© Luís Pedro Miranda Rodrigues

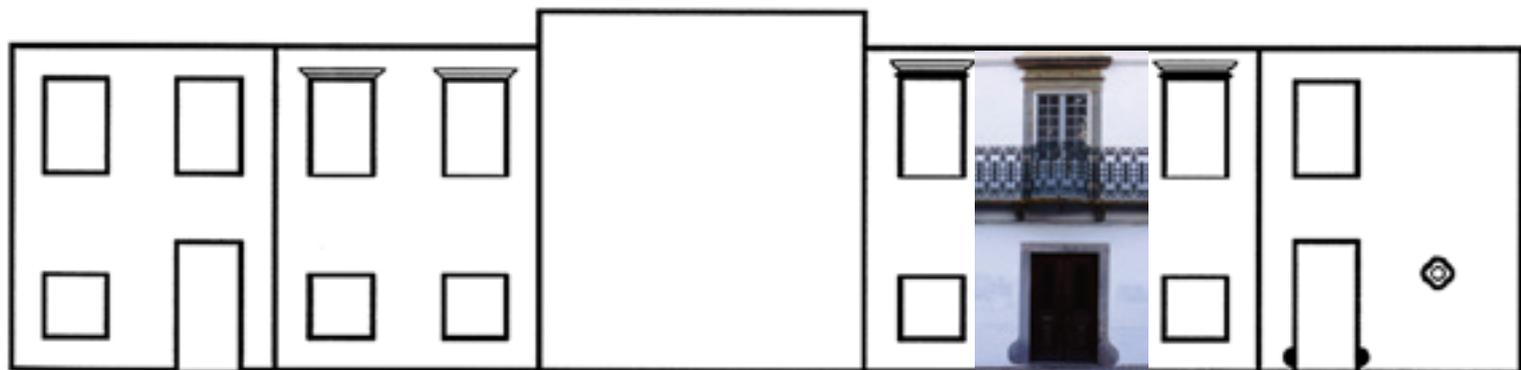
cabia à *coluna*, prevalecendo, pelo menos nas obras alentejanas, a preferência pelo toscano e até períodos avançados.

Em confronto com outros exemplos, e considerando ainda a evolução e aplicação das formas arquitectónicas, entre a tradição mais austera de um anterior desenho português e a posterior exuberância dos programas mais avançados, persiste o gosto pelo clássico, diferenciando-se porém o respectivo *modo* como tal se veio revelar. Reconhece-se na Vila de Mourão, o mesmo que se apontou para o resultado da intervenção de Manuel Vilalobos em Viana do Castelo, onde, nomeadamente, no arranjo de fachadas, proliferaram idênticos modelos de janelas com apoio em sacada e desdobramento de duplo adintelado com ressalto das golas de cornija; com efeito, num processo de renovação de linguagens, tanto quanto de transformação urbana em que permaneceu o uso formal e estético do classicismo, referiu-se Miguel Soromenho a um «*sentido de monumentalidade afirmativa*» e «*dignidade recuperada*» (Soromenho 2005, 48).

Deste modo, considerando os referidos momentos de *transformação*, o decurso e efeito das obras de renovação das fortificações seiscentistas traziam arranjos urbanos e um esboço de re-instauração de modelos, enquanto processo reconstrutivo prenunciando talvez a programática fundacional do século seguinte. Assim o sugerem as marcas edificadas, como as que se observam na Vila de Mourão ou nos exemplos comparáveis, que, por circunstâncias de época, traziam outros cenários para a exibição de formas modernas ainda apoiadas nos mesmos modelos eruditos que vinham da obediência à norma e ao tratado, como ainda na génese vigente no século XVI, persistindo em formas e depuramento técnico até um identificável contexto Proto-Barroco.

## Conclusões

Em síntese, na sequência da arte da Restauração, os sinais formais indicados para a Vila de Mourão e quanto ao seu arranjo edificado em torno a 1700 enquadraram-se num âmbito de fomentos urbanos e arranjos que, de acordo com possíveis paralelismos, retomam-se como objecto de uma intenção de desenho e de uma arte que, distinguindo-se sobretudo pelo seu carácter funcional ou de *utilidade*, na recuperação fundamental do conceito vitruviano de *utilitas* (Vitr. 1.3.2.), acaba por manter em uso a aplicação de formas inspiradas em modelos clássicos e eventualmente ainda participante da almejada recondução à *ordem*, em que o acabamento arquitectónico proporciona, mesmo que convencionalmente, uma certa *imagem* talvez correlativa com a afirmação de grupos sociais envolvidos no governo local e na fiscalidade e também com eventuais interesses mercantes ou agrários, e que demarca a cultura de finais de Seiscentos, sendo que *ordem* é, neste momento histórico, a ordem política da organização do Estado restaurado em que a Coroa continua a assegurar protagonismo.



Já obras anteriores combinavam a dupla conotação da designação da arte de construir como *fortificação*, fosse como actividade militar, fosse como civil, e também no século XVII os Mestres que se ocupavam das fortificações militares vieram a ser também responsáveis por outras obras, civis e religiosas, ou então enquadram-se no seu cruzamento; na viragem para 1700, o caso da intervenção na Vila de Mourão por Pardo Osório (que esteve na *Aula de Fortificação* estabelecida em 1641), e de Manuel Vilalobos em Viana do Castelo comprovam tal interligação.

O que se prologa para as próprias obras civis, no acento do seu aspecto visual, é, pois, alguma da base de rusticidade própria das realizações militares, que tanto mais distingue a época, ocupada que foi com os propósitos defensivos resultantes na renovação das fortificações, em definição de um desenho simples, que demarca volumes e define perfis que não transgridem a conciliação com uma envolvência paisagística, de certo modo evocando directamente o vernáculo (Fig. 10). Tal parece ser, enfim, o que resulta como visualidade característica de uma *escola portuguesa* de Arquitectura, alicerçada quer na *Aula do Paço*, quer na *Aula de Fortificação* seiscentista, resultando em volumes compactos, de desenho que acentua a imponência da linearidade e em cujos acabamentos, sobre esquinas, emolduramentos de aberturas e *cymatia*, ressurgem o recurso a formas do léxico clássico, conducente a um sóbrio mas erudito embelezamento<sup>29</sup>.

A nova Igreja Matriz da Vila de Mourão, tendo-se iniciado depois de 1681, seria inaugurada com pompa em Agosto de 1692, de acordo com um registo documental contido nos assentos paroquiais<sup>30</sup>. Conforme atrás assinalado, e proporcionando dados para uma periodização e a que eventualmente corresponderá a composição do programa edificado local da Vila de Mourão, diversas outras datas ficaram gravadas nos próprios monumentos, sendo de 1693 o cronograma do já referido altar da Estação dos Passos da Rua Machado Santos, e seguindo-se vários outros anos nas fachadas dos prédios urbanos, também atrás indicados, desta feita ao longo do século XVIII. Realçando-se o carácter excepcional detido por esta concentração de datações inscritas, facto raro noutros centros urbanos, e presumivelmente marcando o término de sucessivas fases construtivas, evidencia-se uma homogeneidade formal a assinalar para um ciclo local edificações que se prolonga até ca. 1750, destacando-se o papel dos emolduramentos com tipologia inspirada em aspectos de *ordem arquitectónica*, aqui fabricados em xisto.

Vila de Mourão. Perfis simplificados.  
(edificações da Praça da República, lado sul). © Luís Pedro Miranda Rodrigues

<sup>29</sup> Cf. Moreira 1987 e Moreira 1989. Destacando o papel metodológico da arte do desenho como expressão de ideias conceptuais, e referindo-se à célebre *Aula do Paço da Ribeira*, do século XVI, cujos moldes ressurgiriam posteriormente *Aula* seiscentista fomentada por D. João IV, numa e outra fermentando-se o saber fortificador do Reino, salientou Eduardo Côrte-Real, que este ensino, conferindo algum «*ainda que provavelmente não formasse verdadeiros arquitectos, introduzia uma consciência estética na elite do poder*» (Côrte-Real 2001, 89).

<sup>30</sup> Arquivo Distrital de Évora, *Livro de Casados da Paróquia de Mourão (1662-1739)*, fl. 44. As celebrações (matrimónios e baptismos) passariam a realizar-se na nova igreja.



ainda para um modelo de casa urbana que não ultrapassasse a vigência de medidas com que se construía a própria *cidade* que a envolvia. A coexistência e contraste estabeleciam-se com a programática de outros propósitos de exuberância, arrojo de escala e de decoração sobrecarregada, que se viria a exprimir em obras régias ou aristocráticas, por sua vez distintivas de outras intervenções. ●

## Bibliografia

HORTA CORREIA, José Eduardo. 1991. *Arquitectura Portuguesa. Renascimento, Maneirismo, Estilo-Chão*. Lisboa: Editorial Presença.

CÔRTE-REAL, Eduardo. 2001. *O Triunfo da Virtude. As Origens do Desenho Arquitectónico*. Lisboa: Livros Horizonte.

CRAVEIRO, M.<sup>a</sup> de Lurdes. 2009. *Arte Portuguesa da Prê-História ao Século XX*. Dir. Dalila Rodrigues, Vol. IX: *A Arquitectura 'ao romano'*. Lisboa: Fubu Editores.

ESPANCA, Túlio. 1978. *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora*. Lisboa: Academia Nacional das Belas-Artes.

ESPANCA, Túlio. 1966. *Inventário Artístico de Portugal. Concelho de Évora*. Lisboa: Academia Nacional das Belas-Artes.

FORSSMAN, Eric. 1990. *Dórico, Jónico e Coríntio na Arquitectura dos séculos XVI-XVIII*. Lisboa: Editorial Presença.

GUERREIRO, Chantre António Alcântara. 1964. *Mourão na Évora Moderna. Elementos para a sua História (séculos XIII a XVII)*. Évora.

MATTOSO, José. 1985. *Identificação de um País – Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*. Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa.

MOREIRA, Rafael. 1995. "Arquitectura. Renascimento e Classicismo". *História da Arte Portuguesa*. Dir. Paulo Pereira. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores.

MOREIRA, Rafael. 1989. "Tratados de Arquitectura". *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*. Dir. J. F. Pereira. Lisboa: Editorial Presença.

MOREIRA, Rafael. 1987. "A Aula de Arquitectura do Paço da Ribeira e a Academia das Matemáticas de Madrid". *Actas do II Simpósio de História da Arte: As Relações Artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos*. Dir. P. Dias. Coimbra: Instituto de História da Arte da Universidade de Coimbra.

ONIAN, John. 1988. "The system of the orders in Renaissance architectural thought". *Les Traités de la Renaissance. Actes du Colloque tenu à Tours (juillet 1981)*. Paris: Picard – Centre d'Études Supérieures de la Renaissance de l'Université de Tours.

PATROCÍNIO, Manuel F. S.. 2010. "Sinais de uma cultura da monumentalidade. As formas clássicas na arquitectura programática alentejana (séculos XVI-XVII)". *Humanitas Supplementum: Espaços e Paisagens – Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Actas do VII Congresso Internacional da APEC*. Vol. 3. Coimbra: Associação Portuguesa

de Estudos Clássicos – Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra – Centro de História da Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora – Centro de Estudos de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora.

PATROCÍNIO, Manuel F. S.. 2009. “O Saber e a Majestade. O Colégio do Espírito Santo e o desenvolvimento das arquitecturas colegiais na Europa moderna”. *Revista Economia e Sociologia* 88-89: «Da Europa para Évora e de Évora para o Mundo – A Universidade Jesuítica de Évora. 1559-1759» (Dir. M.<sup>a</sup> de Fátima Nunes e Augusto da Silva, sj). Évora: Instituto Superior Económico e Social de Évora.

QUEIRÓS, Isabel. 2009. “Vitruvianismo e os *genera* na arquitectura comissionada por D. Miguel da Silva”. *Idearte – Revista de Teorias e Ciências da Arte* 5. [www.idearte.org](http://www.idearte.org).

SOROMENHO, Miguel. 2005. “Renovação urbana e arquitectónica entre os séculos xvii e xviii – As Reformas da Igreja Matriz”. *Monumentos – Revista Semestral de Edifícios e Monumentos Nacionais* 22. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

SOROMENHO, Miguel. 2000. “A fortificação moderna. 1659-1737”. *Monumentos – Revista Semestral de Edifícios e Monumentos Nacionais* 12. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

SOROMENHO, Miguel. 1995. “Classicismo, italianismo e ‘estilo-chão’. O Ciclo Filipino”. *História da Arte Portuguesa*. Dir. Paulo Pereira. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores.

SUMMERSON, John. 1994. *A Linguagem Clássica da Arquitectura*. S. Paulo: Martins Fontes.

TAVARES, Domingos. 2007. *António Rodrigues – Renascimento em Portugal*. Porto: Dafne Editora.

VALLA, Margarida. 2009. “A Vila de Juromenha. O paradigma da Restauração”. *Artis – Revista do Instituto de História da Arte* 7-8. Lisboa: Instituto de História da Arte da Universidade de Lisboa.

VITERBO, Francisco de Sousa. 1988 [1904]. *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

#### Outras referências

ARGAN, Giulio Carlo. 1998. *História da Arte Como História da Cidade*. S. Paulo (Brasil): Martins Fontes.

NUNES, António Lopes Pires. 2005. *Dicionário de Arquitectura Militar*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

ROSSA, Walter. 1995. “A cidade portuguesa”. *História da Arte Portuguesa*. Dir. Paulo Pereira. Vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores.

ROSSI, Aldo. 2001. *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos.

SERRÃO, Vítor. 2003. *História da Arte em Portugal. O Barroco*. Lisboa: Editorial Presença.

WITTKOWER, Rudolph. 1967. *Architectural Principles in the Age of Humanism*. Londres: Alec Tiranti.